

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR:  
SIGNIFICADOS E CONDIÇÕES

Norival Carvalho Cunha<sup>1</sup>

Thaís Naiane Barcelos Cunha<sup>2</sup>

RESUMO

Este artigo descreverá o trabalho docente universitário num contexto ligado as principais alterações relacionadas ao processo de precarização estrutural, à intensificação das atividades e, em paralelo, ao achatamento e perdas salariais, pela captura da subjetividade do trabalhador, devido ao excesso da carga horária, salas lotadas, falta de infraestrutura, recursos didáticos ultrapassados e jornadas de trabalho em outras instituições de ensino, etc. Não significa preocupar-se somente com o ensino dos conteúdos específicos, uma vez que o professor tem que dar conta de muitas outras atividades, as quais demandam responsabilidades nas tomadas de decisões e encaminhamentos que se dão nas IES-públicas e privadas e exigem competências específicas, para a complexidade que envolve o trabalho docente. O trabalho do professor universitário, compreendido como “o fazer e o agir” na docência, não envolve somente a prática de ensino em sala de aula, supõe também um “fazer” na apropriação do conhecimento, na gestão escolar, nos projetos pedagógicos da instituição, na participação da comunidade escolar e na vivência social e econômica em que está inserida. Isto é, não se caracteriza por uma simples realização de tarefas com objetivos e procedimentos acadêmicos determinados, se assim o fosse, não precisaria ser professor para realizá-las.

PALAVRAS-CHAVES: Professor universitário; Precarização; Trabalho.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo do trabalho, podemos identificar o processo de precarização, considerando as constantes perdas de qualidade e perdas de direitos, no trabalho docente. Analisando a expansão das IES-privadas em curso, apresenta-se a gestão de uma nova postura do trabalho docente. Percebe-se a implantação e exigência de novas normas de uma sociedade flexível e de um perfil ainda mais adaptativo, tais

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação (UNIUBE), MBA Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Graduado em Administração (UNITRI), Coordenador e Professor do Curso de Administração (FUCAMP). professor\_norival@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduação em Psicologia (UFU), MBA Executivo – Gestão Organizacional e Desenvolvimento de Talentos Humanos (PUC), MBA Neuropedagogia (PASSO UM) [thais\\_naiane@yahoo.com.br](mailto:thais_naiane@yahoo.com.br)

como: a dúvida do emprego, o excesso de disciplinas e a transferência para o professor da responsabilidade por seu próprio emprego.

As faculdades e universidades, em sua maioria, preparam seus alunos dos cursos de Licenciatura para trabalharem no Ensino Básico (Infantil, Fundamental e Médio), sendo que as condições oferecidas para esses profissionais privados e públicos, são diferentes, mas possuem fortes similaridades entre salários, carreiras, compreensão da precarização, intensificação do trabalho e dos processos de expropriação da informação também de subordinação da produção e do poder extraclasse.

Na obra *O Capital*, Marx (2002, p.152) destaca o “conjunto de contradições do processo de produção especificamente capitalista”. Essa política neoliberalista representa a materialização de um crescimento da produção e da produtividade, inserida no sistema educacional das IES privadas e das universidades públicas, cujas expressões incluem no próprio ato de escrever-produção acadêmica, pois o docente precisa ser produtivo. Encerra também os conceitos de gestão empresarial privada, observando um fenômeno de perdas salariais, aumento das matrículas e dos cursos, referenciando as IES privadas, salas lotadas, aumentos dos cursos, carga horária elevada e a transformação da visão pedagógica centrada nos processos mercantilistas. Isso provoca um impacto profundo no trabalho do professor, pois a maioria se manifesta por meio de uma grande insatisfação e de críticas, muitas vezes ferrenhas contra a formação universitária principalmente nos cursos de Licenciatura.

## **2. Desenvolvimento teórico**

Diante da necessidade e do desafio de construir um projeto de sociedade, em um mundo em acelerada mudança nas relações sociais e de trabalho, com novas exigências de qualificação para o mercado e preocupação com a cidadania, a educação emerge como um dos fatores relevantes, que possibilita o processo intelectual do trabalho docente. O professor é um profissional intelectual, que utiliza sua capacidade para ajudar os cidadãos, proporcionando-lhes a experimentação de ousadias e o profundo repensar de comportamentos e formulações. Neste contexto é preciso estar aberto, às inovações, ser criativo e ousado o suficiente, para propor ou assumir alterações e criar

as possibilidades para o nascimento de novas propostas sociais (STIELER, ZARTH, 2009).

O processo de trabalho docente nos últimos anos passou por alterações estruturais sociais e de leis. Essas transformações mudaram significativamente o padrão de trabalho e emprego. Alguns artigos de nossa CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, específicos sobre o trabalho do professor, oferecem uma visão sintética das transformações do trabalho do professor, diante da expansão das IES privadas, a exemplo do 3º artigo da CLT, que descreve que não haverá distinções entre o trabalho intelectual, técnico e manual, diante de todas as profissões.

Art. 3 Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

§ Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual (CLT, 2002, p.149).

No artigo 318 da (CLT, 2002), o professor não poderá dar mais que quatro aulas consecutivas por dia e nem mais de seis intercaladas, em uma mesma instituição. Com a expansão das IES privadas, pode-se verificar que algumas pesquisas acadêmicas demonstram que os professores dão aulas em diversas instituições de ensino no mesmo dia, para aumentar a sua remuneração. O sindicato dos docentes defende até a expansão da Educação Superior, desde que ela não sobrecarregue o professor. Neste contexto, vemos a precarização nas condições de trabalho, com aumento de cursos, aumento de disciplinas por professores e a falta de estrutura para dar aulas, recursos físicos e virtuais obsoletos ou uso inadequados, necessários ao desenvolvimento do processo do trabalho docente e também do processo ensino-aprendizagem.

Como razão da expansão, o aprimoramento dos procedimentos da Educação Superior caracteriza a diversificação das relações do trabalho docente universitário. Este processo alerta para a mecanização do trabalho, destacando-se as relações que perpassam o trabalho, as atividades profissionais de um professor, dentro e fora de uma sala de aula e as condições da execução das atividades docentes.

## **1.1 Trabalho do professor: natureza, significados, condições e conteúdos**

A discussão aqui proposta concentra-se nos processos de trabalho docente: natureza, seus significados e condições. Assim destacam-se, as relações que perpassam o trabalho, as atividades profissionais de professores, dentro e fora de uma sala de aula e as condições da execução do seu trabalho.

Se o trabalho modifica o trabalhador e sua identidade, também altera o seu saber como trabalhar. Nesse sentido, o ofício é uma atividade laboral ligada à profissão e, neste artigo, utiliza-se o termo trabalho, significando o ensinar, capacitar-se e realizar a tarefa de ser docente, a qual é definida como contribuir e ensinar os conhecimentos necessários para que o aluno torne-se um cidadão consciente e crítico, para se inserir no mercado de trabalho.

Para Marx (1999, p.136), o trabalho impõe-se ao homem como constituição de subsistência: “O homem se torna homem por meio das relações sociais, inclusive na realização de suas atividades de trabalho, além de considerar que o mesmo aprende no e para o trabalho”.

O significado do trabalho docente não está dissociado da finalidade dessa atividade fixada pela sociedade e cujos conteúdos, natureza e significados mudam conforme os tempos e os contextos em que ocorrem.

No caso dos professores, o significado de seu trabalho é formado pela finalidade da ação de ensinar, isto é, pelo seu objetivo e pelo conteúdo concreto efetivado por meio das operações realizadas conscientemente pelo professor, considerando as condições reais e objetivas na condução do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno. (BASSO, 1998, p. 5).

No contexto da natureza e constituição do trabalho do professor, consideram-se sua formação acadêmica – no sentido de que a aprendizagem tem a intencionalidade e a dimensão das escolhas, definições, esforços e o trabalho para viabilizar os aspectos relacionados ao fazer-se e transformar-se em professor. São analisados o desenvolvimento e a capacitação profissional do docente a partir do trabalho e sua organização, que possibilitam uma reflexão, um compartilhamento e uma reconstrução de experiências e conhecimentos próprios à especificidade da Educação Superior.

O professor no ensino universitário não pode ficar alheio às condições que o envolve no processo de seu trabalho. É necessário avaliar as perspectivas que envolvem

as condições sociais, econômicas e políticas do magistério, para propor alternativas de melhorias e examinem o impacto que essas transformações podem proporcionar em sua profissão e na sociedade como um todo. A organização de atividades docentes considera tanto o domínio dos conhecimentos do campo específico, bem como os do campo pedagógico, pois o desenvolvimento profissional docente se faz na confluência desses dois ambientes.

Para se iniciar uma análise da docência como ofício, cita-se Arroyo (2000, p.18), que fala sobre os segredos e as artes da profissão:

O termo ofício remete a artífice, remete a um fazer qualificado, profissional os ofícios se referem a um coletivo de trabalhadores qualificados, os mestres de um ofício que só eles sabem fazer, que lhes pertence, porque aprenderam seus segredos, seus saberes e suas artes. Uma identidade respeitada, reconhecida socialmente de traços bem definidos. Os mestres de ofício carregavam o orgulho de sua maestria. Inquietações e vontades tão parecidas, tão manifestas no conjunto de lutas da categoria docente.

Ao descrevermos sobre o trabalho do docente, tem-se que o ser e o fazer do professor constituem atividades complexas e requerem uma constante aprendizagem. O trabalho do professor é uma ação de múltiplas situações e enfrentamentos. A constituição de espaços de formação, que o impulsionam à reflexão e à problematização de modo compartilhado, pode auxiliar em sua formação e futura ação.

Nessa direção, Tardif (2002, p.186), defende que:

[...] desenvolvimento profissional e formação entrelaçam-se em um intrincado processo, a partir do qual o docente vai se construindo pouco a pouco. O saber é fazer da profissão não são dados *a priori*, mas arduamente conquistados ao longo da carreira.

Essa dimensão também vai além do caráter do trabalho de ser professor. Supõe uma dinâmica individualizada e permanente de questionamentos, de estudos e de buscas de soluções para as situações exigidas na atividade docente. Tem características de evolução e continuidade, tendo como finalidade ampliar o repertório de conhecimento teórico e prático.

Essas novas perspectivas estão relacionadas com a capacidade do trabalho docente em compreender os aspectos externos e internos, que envolvem as atividades da educação contemporânea e não só analisar as suas ações como professor. É no decorrer

do seu processo formativo que o professor poderá ir-se constituindo como tal. O que significa dizer que cada professor precisa se reconhecer como docente comprometido com sua ação de formador.

A carreira de ser professor no Brasil, conforme a OIT - Organização Internacional do Trabalho e a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, está entre as piores, em termos de remuneração, entre os países de um mesmo perfil. Em um estudo feito pela OIT (2003) demonstra ainda que, no Brasil, além de os salários serem muitos baixos, as salas de aulas estão lotadas e os professores precisam trabalhar em outras instituições e em turnos alternados, para conseguirem ter um ganho salarial adequado. De lá para os dias atuais, o cenário ainda persiste.

Ressalta-se ainda que a compreensão da rotina do professor e da finalidade do ato de ensinar é importante para se entender que o seu trabalho no espaço escolar, enquanto promove o conhecimento, o aprimoramento, as habilidades e as experiências de todos que estão envolvidos no ensinar e no aprender. Além disso, há de se considerar o sujeito professor e sua subjetividade como fundamentais ao trabalho docente. Eles relacionam-se à consciência e à autonomia, mesmo que vigiada. Ou seja, o professor tem liberdade de opinar e realizar ações no seu espaço de trabalho, desde que cumpra as normativas, mantenha seu planejamento adequado ao currículo escolar proposto, por vezes passando por uma avaliação administrativa, por parte da assessoria pedagógica, da direção da escola e da avaliação institucional, feita pelos alunos e funcionários da mesma instituição.

Nas condições atuais de trabalho, a profissão docente não chega a uma condição fabril, em que o trabalho, por vezes, torna-se até mecânico, no qual a produtividade é o principal, ou o único objetivo, limitando a autonomia do trabalhador na execução de suas atividades (HYPOLITO, 2005). Quando a questão é o trabalho docente, depara-se sobre essa autonomia possuir certa margem, se observados o planejamento e a metodologia, já que o professor tem certa liberdade para elaborar seu trabalho, limitando-o, porém, para a adequação das diretrizes escolares/institucionais.

O fio condutor do trabalho do professor requer ser compreendido em íntima relação com o trabalho dele na escola e nas atividades dentro da sala de aula, considerando o conhecimento está a serviço do seu trabalho. Isto significa que as relações do docente com os saberes nunca são relações restritas ao seu trabalho direto na

sala de aula, mas também com a diversidade de funções que exerce em outros âmbitos: gestão administrativa, atendimento aos pais ou responsáveis e outras atividades extraclasse (visitas técnicas, estágios, congressos e palestras), bem como a preparação de aulas (GUILLOT, 2008).

Descrever o trabalho de ser mestre é tentar interpretar a história, pois os métodos de ensino, na maioria das vezes, são do século XIX e de outro lado, o professor, em geral, é da geração do século XX e a maioria dos alunos são do novo século. Quando juntamos estes três períodos, há um conflito que envolve o contexto compartilhado com os agentes escolares: professores, gestores escolares, familiares, alunos e o conjunto da sociedade.

A relevância do ensino no contexto referido está em favorecer o diálogo entre as gerações de maneira espontânea, como em outras relações e espaços sociais, mas de maneira pedagógica e institucional, pois o tempo escolar é um diálogo de gerações conforme a análise dos autores: Arroyo (2000), Carr (2011) e Sidnei Oliveira (2010), que apresentam as caracterizações e nomeações de cada geração em seu momento histórico.

A formação do professor universitário é modelada ao longo da sua vida profissional e de seu contínuo aprendizado, gera um conhecimento específico relativo a disciplina, por isso precisa-se analisar o contexto do cenário de sala de aula e mobilizar o interesse do aluno, para que possa compreender a realidade e as práticas sob a orientação desse profissional do magistério, proporcionando ao aluno a iniciação e a ajuda para ir a frente, sem perder o contexto da aula e aprendizagem. Tardif (2002) atribui o saber e o ensinar a formação da personalidade do docente:

Os professores atribuem o seu saber-ensinar à sua própria “personalidade” ou à sua “arte”, parecem estar se esquecendo justamente de que essa personalidade não é forçosamente “natural” ou “inata”, mas é, ao contrário, modelada ao longo do tempo por sua própria história de vida e sua socialização (TARDIF, 2002, p.78).

Nessa perspectiva, apontamos para a necessidade de compreensão do trabalho docente subjetiva e objetivamente, considerando a sua formação, a organização da prática, o planejamento escolar, a preparação da aula, os registros administrativos, a remuneração, entre outros aspectos. Portanto, importa compreender o trabalho do professor como um conjunto articulado de fatores, cuja análise se dá de forma reflexiva, de modo a entender a interdependência entre os mesmos. Isso equivale dizer que a organização do trabalho docente, considerado em sua totalidade, não se expressa pela somatória de várias

funções díspares, e independentemente das relações profissionais e interpessoais, incluídas com o aluno.

Ter uma profissão indica um processo de mudança de um sujeito em um profissional, que se inicia com formação pessoal, para transformar as outras pessoas e suas vidas. Ser professor significa, antes de tudo, ser um sujeito capaz de utilizar seus conhecimentos, suas habilidades e a suas experiências, para desenvolver-se em contextos pedagógicos práticos preexistentes. O professor tem a possibilidade de ser agente de transformação e formação do seu alunado, e auxiliar no desenvolvimento da sociedade. Isso porque a educação não é apenas o ato de ensinar, mas o de levar os alunos ao “reinado do saber e do aprendizado contínuo” (ARROYO, 2000).

Uma das grandes tarefas de um professor não é a de somente instruir, mas a de preparar o aluno para se tornar um cidadão consciente de seus deveres e direitos. Nessa atividade escolar, o professor vai vivenciar também seus próprios sentimentos, incertezas, certezas, inquietações e as transformações do seu aluno dentro do ciclo educacional. O docente não pode limitar-se a educar pelo conhecimento destituído da compreensão do homem real, de carne e osso, de corpo e alma. Educamos pela e para a vida, como perspectiva de favorecer o ensino e a formação de um novo cidadão.

No âmbito da profissão docente, pode-se descrever o valor do professor quando ele, enquanto formador e mediador sendo aquele que cria uma técnica que possibilita o acesso à construção da informação para a formação, o conhecimento e a colaboração cultural da sociedade. Ele pertence a um grupo social que busca constantemente a sua própria transformação e a formação de uma sociedade por meio do ensinar-aprender. Além do professor, outros membros, como agentes educacionais e formadores de opinião, estão vinculados a este processo de transformação. Ser professor, portanto, é compreender os sentidos de integrar-se em uma profissão e de aprender com os colegas mais experientes, considerando os agentes implicados no processo de aprendizado. É na rotina diária do trabalho que se aprende a profissão.

Todas as relações que envolvem o indivíduo-professor, classes-alunos, comunidade-família e a instituição, são mais eficientes quando estáveis. A harmonia é incentivada desde que a estabilidade seja estabelecida, respeitada e se mantenha nessas relações a autoridade, mobilidade e responsabilidade. A autoridade está vinculada ao professor, a mobilidade aos conteúdos ensinados e seu aprendizado e, finalmente a responsabilidade, que está atrelada aos três parâmetros: o professor, o aluno e a sociedade, sendo que todos são corresponsáveis pelo estabelecimento do conhecimento.

A Educação serve para formar indivíduos extremamente diferentes e capazes de fazer funcionar as relações sociais, tais como a sociedade e a escola (SACRISTÁN, 2011).

Relembrando Arroyo (2000), o termo “ofício”, etimologicamente, é qualquer atividade especializada de trabalho, profissão, emprego, meio de vida. E o “professor” quem ensina – Mestre. É o membro do ensino que organiza os trabalhos práticos e colabora nas pesquisas. Aliás, são considerados professores aqueles que ensinam e transmitem conhecimentos de arte, ciência, disciplinas, técnica, ginástica, natação, música, etc., independente de possuir certificado de habilitação acadêmica dos cursos de Licenciatura.

Existem variados níveis e graus de ensino para a formação do docente. Mesmo para os que trabalham em uma mesma instituição de ensino e por estarem sujeitos à estrutura coletiva de seu trabalho, aos condicionamentos e aos recursos comparáveis e compartilhados, dentre os quais os programas institucionais a serem ensinados, que tendem a ser diferentes dentro da mesma estrutura escolar: titulação, remuneração e carga horária.

A identidade do trabalho do professor vem daquilo que aprendeu no decorrer de sua vida profissional e pessoal, e que ele a manifesta por meio de seu conhecimento e para a sua contribuição social no dia a dia, dentro e fora da sala de aula. Isso significa que, nessa profissão, não existe conhecimento isento de contaminação social. O ser professor trabalha com sujeitos sociais e em função de um projeto para a sociedade, que possibilita auxiliar no crescimento e aperfeiçoamento da pessoa/aluno.

Na sociedade, o professor tem suas responsabilidades e autoridade dentro do contexto acadêmico. Cabem-lhe introduções do ensino e promoção da aprendizagem nas disciplinas curriculares e no conteúdo aplicado, sob a administração escolar, também o cumprimento das regras preestabelecidas pedagógica e administrativamente. Cabe ainda ao professor, manter os papéis definidos por essas esferas de forma exequível, dentro do contexto educacional. Entende-se que a sociedade espera que a escola promova o cidadão, buscando harmonia, equilíbrio emocional, com conhecimento, ética moral e comportamento; para um funcionamento social mais tranquilo e ideal.

Nesse contexto, Sacristán (2011, p.18), reforça que, o “objetivo básico e prioritário da socialização dos alunos na escola é prepará-los para sua incorporação no mundo do trabalho”. Porém, além das expectativas sociais ligadas ao funcionamento

social existem as necessidades do mercado de trabalho capitalista, por isso, têm-se transformações sociais, políticas, econômicas e culturais do mundo corporativo, que afetaram o sistema educacional e o ensino.

A Educação precisa adaptar-se e capacitar profissionais para assumir o seu devido papel nesse contexto da globalização, incluindo ambas as expectativas: sociais e corporativas, que é o de ser agente de transformação, geradora de conhecimento e formadora de sujeitos.

Na crescente onda do desenvolvimento produtivo nos currículos e na gestão escolar, o professor precisa estar preparado para ampliar os horizontes de compreensão e perceber o visível impacto na organização do trabalho com a utilização das tecnologias digitais, considerando-se que elas auxiliam no atendimento das mencionadas expectativas. Percebe-se que pode haver um aumento do tempo de trabalho nas ampliações das tarefas e aumento do número de alunos por professor, seja no ensino presencial seja no ensino a distância.

### *1.1.2 Precarização e implicações para o exercício da docência*

Atualmente a desvalorização da atuação do profissional de várias categorias contribui para o sentimento de enfraquecimento da identidade profissional do professor. Esta perda está relacionada à descategorização, ou seja, à contratação de pessoas que não são próprias da área e afins, para ministrar aulas em conteúdos não dominados. Está associada também com a baixa remuneração, juntamente com o aumento de pessoas/profissionais que são ingressantes sem preparo, ou melhor, que fazem dessa profissão um “bico”, não sendo sua profissão principal – significando a segunda ou terceira área de atuação profissional, aquela que pode ser complemento da renda salarial. Isso acontece principalmente na maioria das IES-privadas, onde os cursos são realizados à noite e muitos professores têm outra profissão e nas horas vagas ministram aulas ou dão aulas em outras instituições para poder aumentar sua remuneração. Assim, o quadro atual é de um sentimento de vergonha, de escolhas erradas, de maus profissionais, contrariando a opinião muitas vezes da sociedade, que tem o professor como aquele que educará, ensinará, cuidará e fará do “seu filho” um cidadão correto, mostrando o quando os docentes percebem o sofrimento, ao escolher uma profissão que dá início a todas as outras profissões.

A organização do trabalho docente, hoje, é similaridade dos conceitos de produtividade e de competitividade, que podem empobrecer o debate e o pensamento sobre a Educação, difundindo as ideias e as ilusões totalmente contraditórias, em face dos dados empíricos, “pois a escola não cria empregos por si e nem reforça necessariamente a coesão social” (CANÁRIO, 2007, p.136).

No âmbito da organização do trabalho docente a pressão exercida pelo sistema é de aumentar a quantidade de trabalho, dentro da jornada. Geralmente nas IES privadas, o professor tem ministrado varias disciplinas por cursos, para complemento da carga horária, sendo que a maioria nos cursos das faculdades particulares e nos cursos noturnos. A pressão se concretiza também alicerçada na ideia de que os docentes deveriam ser mais produtivos, corresponder à produção e à quantidade de produtos, tais como: aulas, orientações, publicações, projetos, congressos, visitas técnicas etc. Essa dinâmica tem representado, na rotina do trabalho docente, não apenas uma assimilação desse padrão de produção, mas uma necessidade de criar as condições, de reorganizar seu trabalho acadêmico e sua valorização profissional.

Dalila Oliveira (2000, p.25) confirma essa tendência do conhecimento, de que “[...] a Educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas”. Aspectos externos e internos à sala de aula acarreta uma profunda indagação a respeito dos processos de organização do trabalho docente, pois o professor necessita legitimar e motivar sua própria carreira, por meio do novo jeito de ministrar aula, para mobilizar o aluno a ter vontade de aprender.

O professor necessita utilizar as ferramentas e a linguagem desse aluno e da escola, a qual deveria transformada em uma estrutura viva e a Educação deveria ser concebida como uma contínua reconstrução, reordenação e “modernização” de experiências entre professor, aluno e sociedade (BARBOSA, 2003).

Nesse novo sistema, a natureza do trabalho acadêmico poderá ser estritamente controlada por programas definidos, por objetivos estratégicos das organizações em um mundo globalizado, ou seja, o professor passará de educador a também processador de tecnologia, dando origem à reorganização de um conhecimento extremamente complexo na busca da profissionalização, inclusive do novo e do próprio trabalho de ser professor.

Deve-se ressaltar a perda da relevância dos conteúdos ensinados e do desempenho de suas atividades escolares, para uma tecnologia que tem resposta para

tudo em um tempo mais rápido do que uma aula presencial. A UNESCO (2003) desenvolveu uma pesquisa de campo, na qual buscou atualizar os aspectos pedagógicos e o trabalho do professor:

Entre as finalidades mais importantes da Educação: 72,2% dos professores afirmaram que o mais importante é formar cidadãos conscientes, assim como 60,5% indicaram que é desenvolver o espírito crítico, contra 8,9% que apontaram ser o de proporcionar conhecimentos básicos, que 21,4% afirmaram que transmitir conhecimentos básicos é um dos objetivos menos importantes. (UNESCO, 2003, s/p)

Esses resultados, apontados pela pesquisa da UNESCO (2003), transmitem a visão do professor brasileiro sobre o seu trabalho. Nesse sentido temos que há uma grande preocupação deste público em formar o aluno para o convívio em sociedade, em detrimento de oferecer um conhecimento puro, êxito de interconexões com situações reais, não aplicáveis ao cotidiano do aluno. Necessitamos de uma reflexão disso, no mercado de trabalho, que busca um profissional com conhecimentos e saberes que podem ser utilizados e adaptados, por meio da criticidade, para solucionar situações diversas.

O novo processo de trabalho deu origem à chamada “desespecialização multifuncional” ao “trabalho multifuncional” que, de fato, expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos, movimentos e processos laborais. Quanto ao trabalho atual do professor, na prática, percebe-se, como diz Antunes (1999) sobre o trabalho atual do professor, como estando em um “processo de precarização estrutural do trabalho”. Trata-se de reconhecer a regência dos procedimentos fabris dentro da Educação e em suas disciplinas.

Assim, ocorre que a dinâmica da precarização passa pela intensificação do ritmo do trabalho, em paralelo ao achatamento e perdas salariais, pela captura da subjetividade do trabalhador, pela ampla flexibilidade do tempo do contrato, pela jornada de trabalho por tarefa, pela remuneração – como salário por produtividade e um professor ministrando várias disciplinas em uma mesma instituição. “No entanto, não se pode deixar de ressaltar que a transição de um regime predominantemente disciplinar para um baseado no controle” (SIBILIA, 2012, p.172).

E ainda na atualidade, as determinações objetivas e subjetivas do processo de trabalho capitalista dentro do contexto educacional, onde o importante, principalmente

para uma instituição de ensino privada, que visa o controle e o lucro e também manter seus índices de aprovação junto ao MEC, é não deixar o aluno desistir do curso. Pois cada desistência gera uma perda na receita da instituição escolar.

Todavia, a precarização do trabalho docente não se restringe apenas aos novos processos do trabalho e às novas formas de contratação criadas pelo sistema globalizado, mas também, ao contrato de trabalho: instáveis e temporários, estagnação dos salários, intensificação do trabalho, aumento da produtividade e retirada dos direitos trabalhistas.

A complexidade do trabalho escolar reclama um aprofundamento dos efeitos da globalização no cenário educacional, no contexto do novo padrão de acumulação de capital, de forma a compreender as razões históricas da precarização do trabalho e suas repercussões no fazer docente.

O termo precarização do trabalho relaciona-se à transformação das condições profissionais do ensino com as mudanças econômicas e sociais globalizadas. Dentre essas mudanças, podem ser citadas aquelas que indicam que o trabalho precarizado teve seu início associado as mudanças percebidas no mundo do trabalho, ocorridas por volta da década de 1970, período de crise mundial do petróleo e, aqui no Brasil, período mais severo da Ditadura Militar. “As razões para as mudanças têm sido atribuídas a uma tentativa do capital de reduzir o custo com o trabalho como resposta preferencial para determinada crise na acumulação capitalista” (ANTUNES, 1999, p. 54).

A reorganização do trabalho docente relaciona as condições atribuídas em sua dimensão sobre alienação subordinada pelo capital, utilizando o domínio do conhecimento para apropriar-se da riqueza e dos avanços tecnológicos, gerando uma classe que pode ser dominante. Contudo, é importante ressaltar a importância da interação entre os muitos conteúdos a serem abordados nas diferentes áreas do conhecimento, pois dentro do contexto norteador desse artigo, o ensino passa a ter mais sentido e a aprendizagem passa a ser abstrata, dentro desse procedimento do trabalho do professor.

O debate sobre a organização do trabalho e sobre a precarização privilegiava apenas um setor do proletariado, aquele envolvido com as atividades que geram diretamente a mais-valia, ou seja, aqueles que realizam o chamado trabalho produtivo, a exemplo nas áreas industriais, comerciais e educacionais. Os segmentos dos trabalhadores que não produzem diretamente a mais-valia e que realizam o que, no

âmbito da teoria econômica marxista, denomina-se trabalho improdutivo, não tiveram o mesmo espaço. Nessa categoria estão os professores, pois eles não têm como dimensionar, auferir o que foi ensinado, prontamente, diariamente.

Castells (2000, p.263) faz uma análise dos processos mercantilistas e dos procedimentos institucionais que corroboram na analogia das situações e explicam as transformações que aconteceram no trabalho em si e no mercado de trabalho:

Decisões administrativas, sistemas de relações industriais, ambientes culturais e institucionais e políticos governamentais são fontes básicas das práticas de trabalho e da organização da produção que o impacto da tecnologia só pode ser entendido em uma complexa interação no bojo de um sistema social abrangendo todos esses elementos.

Sob a análise de Castells (2000), a introdução da tecnologia está transformando o mercado desde a Revolução Industrial até os dias atuais. É o que acontece com o trabalho docente que está totalmente envolvido nas mudanças tecnológicas. Os docentes em geral, hoje, sentem-se coletivamente desprestigiados. Individualmente estão em uma prova de dignidade, no sentido de que a qualidade dos seres está em xeque-mate, bem como as questões moral e ética, impondo a justificação de suas escolhas em relação a uma concepção do que é certo ou um bem-comum.

O exercício de ser professor deve ser valorizado, porque é de utilidade social, reconhecido como qualificado e competente, pois sendo que tem atributos de autonomia, responsabilidade e descoberta do aprender para os alunos; os diversos profissionais tiveram um dia um professor que lhes auxiliou na descoberta do seu aperfeiçoamento.

Abordar o trabalho do professor pelo ângulo dos processos que constroem as adversidades profissionais impõe observar suas atividades cotidianas, para tentar compreender sua conduta, como o aumento da carga horária, a inflexibilidade ou flexibilidade dos currículos, os tamanhos das turmas, o aumento dos cursos e a estrutura institucional, conforme aspectos e condições a seguir:

a) Carga horária: Desenvolvimento das atividades no planejamento da aula; na execução das aulas; atividades de correção de trabalhos avaliativos e provas; participação em reuniões pedagógicas; visitas técnicas; formação continuada e trabalhando em mais de uma instituição para compensar o salário baixo.

b) Currículos/conteúdos: Conteúdos básicos da escolarização; estágios-simpósios-congressos; disciplina e controle assumem rigidez curricular: redução ou aligeiramento; visão pedagógica centrada na transmissão cultural; organização interdisciplinar e no processo de ensino-aprendizagem.

c) Tamanho das turmas: Relaciona-se diretamente com a questão que envolve o desenvolvimento entre o professor e o aluno, pois, a cada dia, as salas estão lotadas de alunos. Coloca-se o máximo de alunos por períodos para economizar o espaço e o horário do professor, que tem que ministrar um fluxo de alunos acima do espaço físico e adaptar-se para ministrar as aulas.

d) Aumento de cursos: Desenvolvimento de cursos que se adaptam aos processos do mercado com visão para a empregabilidade dos alunos. Criação dos cursos superiores de tecnologias (tecnicistas) com duração de curto prazo, no máximo três anos. Aumento dos cursos de EaD, com polos em diversas cidades até fora do Estado da sede das IES privadas ou das universidades públicas federais e estaduais.

e) Estrutura institucional: Espaço físico muitas vezes adaptado para os laboratórios, bibliotecas com o mínimo de livros por alunos, salas de aulas com quadros negros, em vez de quadro branco ou digital, salas de aulas adaptadas com iluminação e ventilação inadequadas ao ensino.

Nas condições do trabalho escolar, os projetos pedagógicos ganham conotações diversas em tais arranjos. Convivem, certamente, preocupações como a melhoria da qualidade de ensino e como a superação do caráter fragmentado do currículo, buscando elementos para discutir as práticas curriculares no interior da escola. As reações às mudanças apontam para sua falta de sintonia com a prática, causando estranhamento e rejeição por parte dos professores e dos alunos. Se o foco das intervenções é a aprendizagem, procura-se evitar a fragmentação nesse processo educacional.

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins dos anos de 1950, desencadeou uma série de transformações no mundo laboral. O foco do novo complexo de reestruturação produtiva a atingir as empresas capitalistas, é a gestão do trabalho vivo e da força de trabalho. Elas se tornaram reflexos de uma reorganização do capital, mediante a acumulação flexível, que tem o modelo toyotista como a mais avançada forma de intensificação do trabalho (ALVES, 2011); (ANTUNES, 1999).

As alterações nas estruturas produtivas e na organização do trabalho, advindas desse fenômeno globalizante, e a incidência das políticas neoliberais têm sido

responsáveis por transformações no processo de trabalho e na organização da forma de ser professor.

A organização do trabalho ocupa lugar central nessa discussão não somente por estabelecer como ele será feito, mas como será estabelecido o seu novo formato mercantilista. Paralelamente a esse processo, tem-se a descaracterização dos profissionais ou a desprofissionalização dos docentes.

O domínio da teoria pedagógica se tornou desnecessário diante de uma descaracterização, referendado na Lei nº 5.692/71, desfigurando a Licenciatura, os currículos empobrecidos de conhecimento e reduzindo a escola ao ensino e os docentes a “ensinantes”. O movimento de afirmação da visão educacional de sua especificidade e do profissionalismo no trato está de um lado, e vem na contramão dessa triste história, de desfigurar o profissional docente (MEC, 2015).

A institucionalização da carreira docente denota o fato de que se trata de uma realidade social e coletiva, pois muitos professores só querem estabilidade funcional. Ou seja, quando o professor se vê como um trabalhador, considerando suas expectativas pessoais sobre sua trajetória profissional, ele busca uma realização pessoal, que pode ser, por exemplo: de estabilidade funcional ou de reconhecimento profissional. Tais expectativas individuais, parecem se chocar com o conceito de que a Educação está inserida para a formação de uma sociedade ética e moral.

Estando o professor inserido em contexto frágil e repleto de ambiguidades, cobra-se que ele ofereça um ensino de qualidade, em um sistema massificado e, muitas vezes, sem os recursos humanos e materiais necessários, recebendo baixos salários e aumentando suas atividades. Isso possibilita o crescimento pela perspectiva negativa que a sociedade tem construído acerca da profissão docência, a indignidade, a exacerbação da individualização, a desvalorização e a falta de reconhecimento da sociedade para com o professor.

A fragilização aumenta quando esse profissional não pode sequer contar com a solidariedade dos próprios colegas, que foi destruída pelas novas formas de gestão, em especial as que promovem a avaliação individualizada das *performances*, atreladas a novos critérios de qualidade, negando a subjetividade dos homens e mulheres, que trabalham na Educação. Antunes (1999, p.87) declara: “[...] o processo de envolvimento interativo, amplia-se e se complexifica e as formas da retificação (*processo de alienação, em que a característica de ser uma “coisa” se torna típica da realidade*

*objetiva)*”, distanciando a subjetividade que trabalha no exercício de uma atividade autêntica e autodeterminada.

Na crise de identidade profissional o professor progressivamente perdeu sua aura de ciência aplicada, pois atualmente poucos querem dirigir-se ao magistério para aproximar-se de um saber muito mais ambíguo, de um saber socialmente situado e localmente construído na desvalorização do ser docente. Assimila-se assim, ao exercício de uma racionalidade instrumental diretamente baseada no modelo das ciências aplicadas. A perícia profissional tem sido cada vez mais desvalorizada, de acordo com o modelo tecnocrático, que improvisa a indeterminação, a intuição, o senso comum; desempenha um papel apoiador e, ao mesmo tempo, impõe rotinas próprias a cada professor e suas disciplinas acadêmicas.

É típico do sistema educacional atual apresentam condições de organização do trabalho degradadas pelas relações interpessoais entre o professor, o aluno, a gestão escolar e a sociedade. O trabalho do docente não tem a valorização social que deveria ser, pois as condições estão deterioradas e as governamentais não querem a valorização do ensino pela qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho do professor universitário, compreendido como “o fazer e o agir” na docência, não envolve somente a prática de ensino em sala de aula, supõe também um “fazer” na apropriação do conhecimento, na gestão escolar, nos projetos pedagógicos da instituição, na participação da comunidade escolar e na vivência social e econômica em que está inserida. Isto é, não se caracteriza por uma simples realização de tarefas com objetivos e procedimentos acadêmicos determinados, se assim o fosse, não precisaria ser professor para realizá-las.

É preciso lembrar que o primado pela educação superior não pode significar apenas o aumento do número de matrículas e aberturas de cursos. Os sentimentos de valorização e reconhecimento das condições implícitas no trabalho do professor, as condições da infraestrutura interna e externa, a garantias trabalhistas, os processos pedagógicos flexíveis e a remuneração adequada e valorizada. Sem isto a precarização a que são submetidos ameaça repercutir no ensino e anular todo o empenho realizado pelo docente.

No entanto, precisamos continuar discutindo as inúmeras situações que envolve o professor em todos os níveis, para promover uma transformação de dentro para fora e de fora para dentro, o que significa transformar a sociedade em que vivemos e nos transformarmos enquanto indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724, de 17.03.2011.** Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Válida a partir de 17.04.2011. Rio de Janeiro, 2011.
- ALVES, G. 1961. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era capitalismo manipulatório. São Paulo. Bomtempo. 2011.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo/SP: Boitempo, 1999.
- ARROYO. M. G. **Ofício de Mestre.** Petrópolis/RJ: Vozes. 2000.
- BARBOSA. R. L. (org.). **Formação de educadores desafios e perspectivas.** São Paulo: UNESP, 2003.
- BASSOS, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Revista Caderno CEDES,** Campinas, v.19, n.44, 1998.
- BRASIL.INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** Ministério da Educação. Brasília/DF, 2013.
- CANÁRIO, R. Formação e desenvolvimento profissional dos professores In: Portugal 2007 - conferencia **Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da vida.** Lisboa, 2007.
- CARR, N. G. **A Geração superficial:** o que a *Internet* está fazendo com nossos cérebros. Tradução Mônica Gagliotti F. Friaça. – Rio de Janeiro: Agita, 2011.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Volume I. Trad. Roneide V. Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CLT – **Consolidação das Leis Trabalhistas.** Editora Método/Forense, 2002.
- GUILLOT. G. **O resgate da autoridade em educação.** São Paulo: Artmed, 2008.
- HYPOLITO, A. M; GARCIA, M<sup>a</sup>. M. A.; VIEIRA, J. S. **As identidades docentes como fabricação da docência.** 2005.

MARX, K. **O capital** – crítica da economia política. 14. ed. São Paulo. Difel, 2002.

OLIVEIRA, Dalila A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y** – o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo: Integrante, 2010.

SACRISTÁN, J. C. **Educar por competências** – o que há de novo? (org.) Porto Alegre: Artmed, 2011.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes** – escola em tempos de dispersão. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

STIELER, P. e ZARTH, P. **A expansão do ensino superior**. Bibliodigital.unijui.ed.u.br. 2009.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis/RJ: Vozes. 2002.

UNESCO. **Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2003.